

## Editorial

Eis o segundo número da Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo. A Unitrabalho e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária consolidam sua parceria na construção de mais uma edição dessa revista, trazendo um tema que nos é tão caro, especialmente nesse momento de incertezas: as Políticas Públicas de Economia Solidária

De 2003 a 2016, várias políticas públicas foram desenvolvidas no campo da Economia Solidária, tanto em âmbito federal, quanto nos níveis estaduais e municipais. O Governo Federal assumiu o protagonismo dessas políticas, impulsionadas pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), contando com maior capacidade de investimento da União e tendo como subsídio os debates e diretrizes apontadas pelas Conferências Nacionais de Economia Solidária. É importante frisar o papel que as três Conferências tiveram ao longo desses treze anos, embasando e direcionando as políticas públicas de economia solidária em âmbito federal, estadual e municipal, a partir da discussão e da articulação de diversos atores: empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria e apoio, movimentos sociais, universidades, gestores públicos. Um dos resultados desses espaços de debate e construção é que as políticas públicas implantadas ao longo desses anos representaram, mesmo que imperfeitamente, a diversidade de atores e de experiências do campo da economia solidária. Outro resultado é a constante reflexão e inúmeros debates realizados ao longo dessa última década e meia sobre os potenciais, os princípios, as práticas e o lugar da economia solidária tanto na esfera do Estado quanto no âmbito do setor produtivo. A Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo busca trazer justamente uma amostra dessas reflexões realizadas em todo o território nacional ao longo dos últimos anos, sejam elas realizadas no espaço da Academia ou fora dela.

Continuando os debates e reflexões do número anterior, poderemos verificar nesse volume uma significativa diversidade de pesquisas sobre a implementação de políticas de economia solidária no Brasil e em outros países, desde reflexões teóricas até pesquisas empíricas, passando pela apresentação de experiências relatadas por membros de empreendimentos e gestores públicos diretamente envolvidos com as políticas públicas de economia solidária. Tais relatos constituem não apenas uma impor-

tante fonte de informação como também trazem a riqueza das reflexões dos sujeitos que constroem as políticas públicas sobre suas próprias práticas e sobre os sentidos da economia solidária de maneira geral.

O artigo “As dificuldades de comercialização da economia solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012” apresenta uma importante análise sobre o problema da comercialização dos empreendimentos econômicos solidários a partir dos dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Partindo do perfil dos empreendimentos, Diogo Ferreira de Almeida Rêgo aponta que a dificuldade de comercialização também envolve a dificuldade de acesso a crédito, pouco apoio formativo, dificuldade com a logística e a não organização em rede.

Em “Educação e autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação de sujeitos da economia solidária”, Sandro Benedito Sguarezi e outros buscam fazer o importante diálogo entre autogestão e educação para a formação dos sujeitos nos empreendimentos econômicos solidários. Essa relação, antes de ser um dado, mostra como a construção da autogestão é complexa, cheia de idas e vindas, contradições e de difícil implementação.

No trabalho “Economia solidária e proteção social na contemporaneidade” Líria Maria Bettiol Lanza e outros autores fazem uma reflexão tão necessária quanto negligenciada nos espaços de discussão da economia solidária: até que ponto as iniciativas de economia solidária apoiadas pelo Estado constituem um processo de precarização do trabalho. A conclusão mostra-se tão importante quanto a problematização: cabe ao Estado garantir não apenas o direito ao trabalho associado, mas construir políticas de proteção aos trabalhadores que optarem por esse tipo de relação de trabalho.

Rita de Cássia Andrade Martins nos apresenta o artigo “Ressignificação do trabalho na Saúde Mental: interações e diálogos com a Economia Solidária”, no qual analisa as contribuições do cooperativismo social e da economia solidária no processo de resignificação do trabalho de pessoas com transtornos mentais, resgatando aspectos históricos e políticos da luta antimanicomial e de sua interface com a economia solidária.

Com o artigo “Economia Solidária: perspectivas no resgate dos vínculos sociais”, Gisele Hidalgo se propõe a realizar um debate teórico a respeito do papel da economia solidária no resgate da dimensão propriamente social das relações econômicas. Trazendo à tona as reflexões de Mauss e Polanyi, a autora percebe na economia solidária uma prática em que o vínculo social é resgatado como princípio e as trocas passam a ser permeadas por valores não econômicos, gerando confiança e cooperação.

No artigo “De rede à política pública: ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil”, Joannes Paulus Silva Forte analisa a institucionalização da economia solidária no Brasil do ponto de vista jurídico e do ponto de vista social. Nesse sentido, busca compreender de que maneira a economia solidária se encontra institucionalizada na esfera do Estado e sob quais aspectos essa institucionalização se torna tangível na esfera da sociedade civil, por meio da existência das redes, fóruns, movimentos sociais, universidades etc..

Em “Incubadoras tecnossociais de empreendimentos de economia solidária: apontamentos sobre a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária” Mariângela Brum Frota e outros trazem uma reflexão sobre tais práticas a partir da experiência da Incubadora Tecnossocial de Empreendimentos de Economia Solidária – ITCEES da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo.

Em relação à participação do mundo não acadêmico na Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, encontramos nesse número quatro relatos de experiência bastante interessantes. Um deles, escrito por Robenilson Nascimento dos Santos, é “A experiência da cooperativa de trabalhadores cegos (COOPERTRAC) no estado da Bahia”. Outro relato interessante é “A construção da política de saúde mental e economia solidária em Alagoas”, de Claudete do Amaral Lins, que descreve não apenas o cenário da reabilitação psicossocial no estado nordestino, mas no Brasil como um todo. Por fim, Fabiana da Silva Oliani e outros nos mostram, no relato de experiência do projeto *Ações Integradas de economia solidária no município de Itajaí*, como essa política implementada pela SENAES com foco na descentralização e integração das políticas de economia solidária é desenvolvida no âmbito municipal.

Seguindo o espírito do primeiro número, o conjunto de artigos e relatos de experiência aqui reunidos visa abrir o debate acadêmico e construir um rico diálogo entre áreas do conhecimento que se propõem a refletir acerca da economia solidária, suas práticas, limites e possibilidades. Esperamos que isso se reflita em uma revista científica que, sem abrir mão do rigor científico que nos é bastante caro, não apenas fale aos pares, mas se constitua como um espaço de trocas dialógicas entre diversos atores e autores que buscam um espaço de construção do conhecimento plural e aberto e que enseje reflexões críticas sobre o mundo do trabalho e a economia solidária.

Boa leitura.

Comitê Editorial

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária